



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 372, DE 2019

Informações ao Ministro de Estado da Cidadania.

AUTORIA: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

DESPACHO: À Comissão Diretora do Senado Federal



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Mara Gabrilli

A Comissas
Diretora.
Em 8/5/19
14.1.1

REQUERIMENTO Nº 372 DE 2019



Página: 1/4 07/05/2019 15:08:03

Requeremos, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cidadania, Osmar Terra, informações sobre as comunidades terapêuticas, com objetivo de instruir o debate do PLC 37/2013, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Nesses termos, questiona-se:

Em relação ao financiamento das comunidades terapêuticas

1 – Qual é o mecanismo de financiamento público das comunidades terapêuticas?

2 – Qual é o orçamento destinado às comunidades terapêuticas? Qual a fonte (origem) desses recursos? Quais foram os recursos federais destinados às comunidades terapêuticas nos últimos cinco anos?

3 – Qual é a distribuição geográfica das comunidades terapêuticas que já receberam recursos públicos, por regiões, estados e municípios?

4 – A existência de alvará sanitário é condição para o recebimento de financiamento público?

Recebido em 08/05/2019
Hora: 13:49



05d9fcc561bb1138d66cd119bb9f0273a8704b2e

5 - As comunidades terapêuticas não consideradas como equipamentos de saúde. O repasse de recursos para comunidades terapêuticas colocaria em risco o atendimento da Rede de Atenção Psicossocial no tratamento dos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas?

Em relação ao credenciamento das comunidades terapêuticas

1 - Quais são os critérios para a contratualização das comunidades terapêuticas? Existem normas a esse respeito? Quais são essas normas, qual o órgão responsável e quando foram publicadas?

2 - Quantas comunidades terapêuticas existem no País? Qual a distribuição geográfica das comunidades terapêuticas por regiões, estados e municípios?

3 - Quantas comunidades terapêuticas foram credenciadas em 2019? Quais foram os critérios utilizados para esse credenciamento?

4 - Como são avaliadas a infraestrutura e as condições de funcionamento das comunidades terapêuticas para fins de credenciamento? Quais são as exigências mínimas?

5 - Há avaliações periódicas das comunidades terapêuticas credenciadas? Qual o órgão responsável pelo controle e avaliação das comunidades terapêuticas? Que medidas são adotadas no caso de constatação de irregularidades? Existem relatórios de inspeções e auditorias?

6 - Quais são as regras aplicáveis às comunidades terapêuticas acerca do uso de laborterapia, da liberdade religiosa e do isolamento e restrição do convívio social dos acolhidos?



SF/19486.09141-11 (LexEdit)

Página: 2/4 07/05/2019 15:08:03

05d9fcc561bb1138d66cd119bb9f0273a8704b2e



Em relação à assistência oferecida pelas comunidades terapêuticas

1 – Como é feita a avaliação dos resultados das comunidades terapêuticas?

2 – Qual o modelo psicossocial utilizado pelas comunidades terapêuticas para o acolhimento de usuários de drogas e dependentes químicos? Qual é a base científica desses modelos? Existem protocolos que formalizem o acolhimento?

3 – Qual é a qualificação exigida dos profissionais que trabalham nas comunidades terapêuticas? Há exigência de uma equipe mínima?

4 – Como é feito o acompanhamento do acolhido pela comunidade terapêutica? Esse acompanhamento é registrado em prontuário individualizado? O modelo adotado é residencial ou regime ambulatorial (centros-dia)?

5 – Existe algum tipo de certificação que ateste a regularidade do cumprimento das exigências legais pelas comunidades terapêuticas?

6 – Quais são as condições e os critérios utilizados para a saída do acolhido da comunidade terapêutica? Existe permanência máxima? Qual é esse período?

7 – Como se dá o acolhimento de crianças e adolescentes? Quais são os requisitos para isso?

8 – As comunidades terapêuticas podem realizar internações involuntárias ou compulsórias de dependentes químicos ou de usuários de drogas?

9 – As comunidades terapêuticas desenvolvem atividades em conjunto com a comunidade local?



SF/19486.09141-11 (LexEdit)

Página: 3/4 07/05/2019 15:08:03

05d9fcc561bb1138d66cd119bb9f0273a8704b2e




666
2191

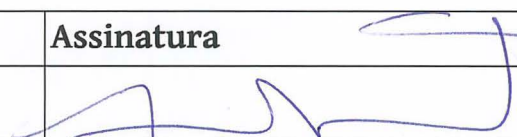
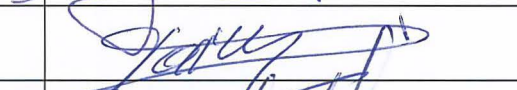
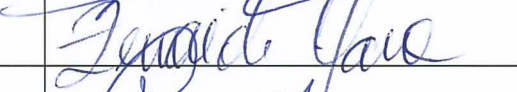


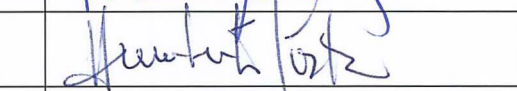
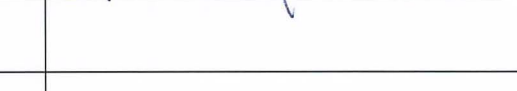
10 – Como parte da ressocialização, é ensinado à pessoa a incorporação de princípios comportamentais e sociais como, por exemplo, o entendimento do papel social?

11 – Quais são as medidas aplicadas para a pessoa obter sucesso após a assistência em comunidade terapêutica? As pessoas são capazes de ter autocontrole para o desenvolvimento familiar, laboral e social?

SF/19486.09141-11 (LexEdit)

Sala das Sessões, 7 de maio de 2019.


Senadora Mara Gabrilli
(PSDB - SP)

Nome do Senador	Assinatura
Fernando Antônio	
Paulo B. Torres	
Leucidei Maia	
Rogério Cerebello	
Randolfie Rodrigues	
WSTIA ADNER	
Humberto Costa	

Página: 4/4 07/05/2019 15:08:03

05d9fcc561bb1138d66cd119bb9f0273a8704b2e

